

DIAGNÓSTICO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS DE TANGARÁ DA SERRA – MT: O CASO DO PROJETO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO VALE DO SOL II

DIAGNOSIS ON THE ADMINISTRATION SETTLEMENTS' FAMILIES IN TANGARA DA SERRA - MT: THE CASE OF THE PROJECT CREDIT OF VALE DO SOL II

Rogério Gonçalves Lacerda de Gouveia¹, José Roberto Rambo², Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin³, Rodrigo Gonçalves Lacerda de Gouveia⁴

RESUMO

O número de assentamentos rurais aumentou significativamente nos últimos anos, porém existe escassez de informações em relação a como vivem e trabalham as pessoas que moram nos assentamentos. O objetivo desse trabalho foi diagnosticar aspectos qualitativos e administrativos das famílias de agricultores assentados no Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II em Tangará da Serra, MT. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de entrevista semiestruturada a 30 famílias ali residentes. Os resultados indicaram que o Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II promove a ocupação da mão de obra da família assentada e apresenta diversificação nas atividades agrícolas desenvolvidas, bem como a administração é realizada pelas famílias de modo não formal.

Palavras-chave: reforma agrária; aspectos qualitativos; gestão

ABSTRACT

The number of countryside settlements have increased significantly over the past few years, however there is little

information about how people live and work in the settlements. The aim of this work was diagnosis aspects qualitative and administrative of countryside families in the settlement Vale do Sol II located in Tangará da Serra, MT. The methodology used was literature and field research through semi-structured interviews to 30 families. The results indicated that the Project credit of Vale do Sol II promotes the occupation of family with diversification in agricultural activities and the administration is carried out by families non-formal.

Keywords: agrarian reform; qualitative aspects; management characteristics.

INTRODUÇÃO

Caracteriza-se como agricultura familiar aquela que: a) não detenha a qualquer título área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra da própria família; c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento e d) apresente a direção do estabelecimento sendo realizada pela família (BRASIL, 2006).

¹Eng. Agrônomo, Mestrando em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Tangará da Serra. Rodovia MT 358 Km 07 Jardim Aeroporto, CEP: 78.300-000 - Tangara da Serra, MT, Telefone: (65) 33114928, e-mail: rlgoiano@hotmail.com

²Eng. Agrônomo, M.sc, Professor - Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Tangará da Serra. Rodovia MT 358 Km 07 Jardim Aeroporto, CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra, MT, Telefone: (65) 3311-4922, e mail: jr.rambo@unemat.br

³Matemática, D.sc, Professora - Universidade do Estado de Mato Grosso. Rua A, s/n, São Raimundo, CEP: 78.390-000 - Barra do Bugres, MT – Brasil, Telefone: (65) 3361-1413, e mail: galvanin@gmail.com.

⁴Acadêmico de Direito - Escola Superior de Administração Marketing e Comunicação, Av: Vasconcelos Costa, nº 270, Centro, CEP: 38.400-000 – Uberlândia, MG – Brasil, Telefone: (34) 3291- 2828, e mail: deopressoliber05@hotmail.com.

É importante notar que ABRAMOVAY (2007) a considera como forma social integrada ao mercado. Com efeito, a agricultura familiar é extremamente dinâmica do ponto de vista econômico e social, propiciando um leque de diversidade nos sistemas produtivos e nos tipos de inserção mercantil e sendo capaz de reproduzir-se incorporando as inovações e o progresso tecnológico.

Já para GAZZOLA (2004), a agricultura familiar deve ser entendida como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva algumas características típicas do camponês. E, acrescente-se, que se caracteriza pela multifuncionalidade, exercendo funções tais como: alimentar e econômica, social, ambiental, patrimonial e recreativa (GAVIOLI & COSTA, 2011).

Em valores numéricos, conforme dados do IBGE (2006), a agricultura familiar no Brasil ocupa 12,3 milhões de postos de trabalho – o que corresponde a 74,4% do total dos postos de trabalho disponíveis no campo -, representa a produção de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira e tem participação de 56% na produção de animais de grande porte, 57% no valor agregado na agroindústria, 63% na produção da horticultura e 80% na extração vegetal no país, no entanto é responsável por somente 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agrários do Brasil.

Já a partir de 1985, todavia, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi proposta a redistribuição de terras, por meio do modelo de assentamento. Este é definido por BERGAMASCO & NORDER (1996) como a criação de novas unidades de produção agrícola, mediante políticas governamentais voltadas ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais que não possuem terra ou têm pouca terra. Segundo o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) o objetivo da Reforma Agrária é estabelecer relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, com capacidade de promover justiça social, o progresso e o bem-estar dos trabalhadores rurais e, ainda, o desenvolvimento econômico do país, com a

extinção gradual e sistemática do minifúndio e do latifúndio.

Por vários anos, o propósito de realizar a reforma agrária enfocava apenas o aspecto quantitativo, ou seja, o de assentar o maior número possível de pessoas em uma determinada área. Giuliani & Castro, apud BAVARESCO (2001), por exemplo, afirmam que até metade da década de 1980 os assentamentos rurais não passavam de remendos sociais, com a função de diminuir a miséria crescente no campo e reduzir os fluxos migratórios para as cidades, sem, no entanto que houvesse possibilidade de alcançarem a menor expressividade no plano econômico.

Neste contexto, levantamentos desenhados com o fim de registrar os impactos qualitativos das ações de assentamento contribuem para a identificação do sucesso e também do insucesso das estratégias empregadas na conquista pela terra. Este último se deve ao fato que a conquista da terra não significa que seus ocupantes disponham de infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial), no mínimo grau, adequadas ao desenvolvimento agrário (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado em 2003, é que veio possibilitar condições de acesso a terra para trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, para aquisição de imóvel rural por meio de financiamento, o que se considera como “reforma agrária de mercado”. O programa, de fato, se torna instrumento complementar de reforma agrária e atua sobre áreas não passíveis de desapropriação. Nestes locais, o recurso proveniente do PNCF é destinado à aquisição do imóvel rural, à infraestrutura necessária para a produção e à assistência técnica e extensão rural. Pretende-se assim, consolidar e ampliar a agricultura familiar, possibilitando a fixação definitiva das famílias beneficiadas no meio rural e a produção agrícola familiar destinada ao mercado.

Face ao exposto este trabalho tem como objetivo diagnosticar aspectos qualitativos e administrativos das famílias de agricultores assentados no Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II em Tangará da Serra, MT.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve como foco de investigação o Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II, localizado a 20 km da sede do município de Tangará da Serra - MT, com as seguintes coordenadas geográficas: Sistema UTM, 21L, N 8.393.129,92 e E 459.132,55. O projeto foi criado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através de recursos do PNCF, sendo iniciadas as discussões em 2006 e o primeiro contrato celebrado em 2007. Conta o referido programa com 191 famílias assentadas, em áreas de aproximadamente 4,0 hectares por estabelecimento.

Vale esclarecer, também, que esta investigação é integrante do Projeto de Extensão Universitária "Agronomia na Prática: Política de Extensão Rural para Agricultores Familiares do Assentamento Vale do Sol II em Tangará da Serra - MT", tendo realizado entrevistas/visitas com os agricultores assentados, no período de setembro a outubro de 2011.

Serviram de amostra 30 imóveis, escolhidos de forma aleatória. A respeito do número de entrevistados, entende-se que não existe necessidade de definir uma amostra, pois o que importa é o significado de cada informação para a situação avaliada (DUARTE, 2002). Portanto, amostra suficiente é aquela que possibilita desvendar a "totalidade de suas dimensões".

Para a realização do estudo, dividiu-se o mesmo em duas fases: exploratória e de campo. A fase exploratória contou com revisão bibliográfica acerca do assunto estudado: agricultura familiar, questão agrária e a qualidade dos assentamentos. Na fase de campo, foram realizadas entrevistas com questionários semiestruturados compostos de 16

(dezesseis) perguntas abertas e fechadas, baseadas em três segmentos: i) aspectos qualitativos, tais como: tempo de experiência em atividade rural; nível de escolaridade do responsável pelo estabelecimento; quantidade de pessoas que trabalham na área; existência de familiar que trabalha na cidade e a presença de funcionários contratados no estabelecimento (temporários ou permanentes); ii) estrutura administrativa, com questionamentos sobre separação entre despesas particulares e as de produção no imóvel; separação de gastos de cada atividade produtiva; ocorrência de anotação dos custos e das vendas da produção; existência de auxílio de equipamentos ou de profissionais na área administrativa/contábil; e o interesse em fazer curso na área de gestão ou administração; iii) o perfil do imóvel com questões acerca de: área do imóvel; número de atividades exploradas economicamente pela família; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural no estabelecimento; renda; processamento dos produtos comercializados e formas de comercialização da produção.

Esta pesquisa se caracteriza, ainda, como estudo descritivo, conforme Sellitz et al. (1987), que chamam de estudos descritivos aqueles se voltam para a descrição de características de comunidades e de pessoas de uma comunidade. No que tange ao questionário, considera-se a partir da compreensão de LAKATOS & MARCONI (2001), esse recurso como um:

[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. O questionário apresenta vantagens como economia de tempo, obtém grandes números de dados, atinge maior número de pessoas simultaneamente, obtém respostas rápidas e precisas, há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, há mais tempo pra responder e em hora mais favorável.

A justificativa do presente estudo reside nas contribuições que o mesmo pode oferecer para: o direcionamento das

políticas públicas, possibilitando a maximização dos resultados obtidos com a aplicação de recursos públicos no incentivo à produção agropecuária e, ao mesmo tempo, o conhecimento de aspectos qualitativos e administrativos próprios do Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da aplicação do questionário, que apresentava 16 questões sequenciadas de forma clara e objetiva, a pesquisa foi dividida em três eixos temáticos, tratados a seguir.

Aspectos qualitativos

Tem este eixo o propósito de descrever aspectos qualitativos do(a) agricultor(a) assentado (a) e sua família. A

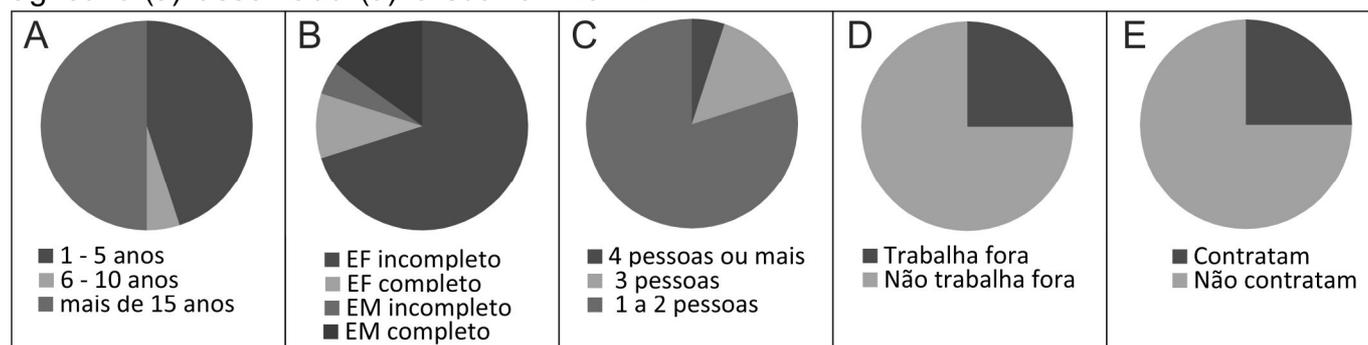


Figura 1. Aspectos qualitativos verificados: (A) Tempo de atividade rural; (B) Nível de escolaridade; (C) Número de pessoas da família que trabalham no imóvel; (D) Membro familiar que trabalha fora do imóvel agrícola; (E) Contratação de mão de obra.

Com relação ao nível de escolaridade, 70% dos entrevistados não completaram o Ensino Fundamental, 10% possuem o Ensino Fundamental completo, 5% dos entrevistados têm Ensino Médio incompleto e 15% completaram o Ensino Médio (Figura 1B). Trata-se de fator que caracteriza a mão de obra como não especializada, às vezes considerado como complicador para o sucesso da atividade agrícola dos agricultores familiares, o que é confirmado com BERGAMASCO (1997), ao comentar a predominância da baixa escolaridade entre a população rural pela falta de recursos de infraestrutura como escolas e transporte adequado, nas áreas de assentamento.

Figura 1A mostra quanto ao tempo que o(a) assentado (a) trabalha na atividade rural.

Dos entrevistados, 45% dizem trabalhar entre 1 e 5 anos com atividades rurais, 5% trabalham entre 6 e 10 anos e 50% trabalham há mais de 15 anos em atividades agrícolas. A partir destes resultados podemos observar que essa modalidade de assentamento cujo imóvel rural é adquirido através de crédito fundiário permite o ingresso na atividade agrícola tanto para agricultores inexperientes quanto para agricultores experientes nessa atividade. Para BUAINAIM (2007), contudo, agricultores experientes, em geral, têm desempenho superior ao dos produtores sem ou com pouca experiência em gerenciamento da atividade agrícola.

Acerca do número de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas que trabalha no imóvel, foi observado que 5% dos imóveis do projeto possuem 4 pessoas ou mais trabalhando, 15% apresentam 3 pessoas trabalhando e em 80% dos imóveis existem de 1 a 2 pessoas trabalhando nos mesmos (Figura 1C). Segundo o INCRA/FAO (2000), no Brasil a média é de 2,9 pessoas por propriedade, e a diferença ocorre devido ao tamanho da propriedade: quanto maior a área disponível, maior é o número de pessoas ocupadas por estabelecimento. ALVES et al. (2009), aponta que as famílias assentadas são geralmente numerosas, sendo que em pelo menos 109 projetos de assentamento no

estado de Mato Grosso foi declarado que o número de pessoas por família que se dedica aos trabalhos rurais era de 5 ou mais, o que indicou que os assentamentos geravam muitos postos de trabalho no meio rural. Porém, ALVES e ROCHA (2010) trazem que a nível de família rural está disponibilidade de mão de obra e postos de trabalho do meio rural deve possuir a remuneração adequada, de modo a apresentar valores próximos aos de mercado, isso não ocorrendo possibilita a membros da família a migrarem ou procurarem empregos noutros lugares.

Quando questionados sobre a existência de algum membro da família que trabalha fora do imóvel em atividades não agrícolas, constatou-se que 25% dos imóveis pesquisados têm algum membro familiar que vende mão de obra, enquanto em 75% dos imóveis os membros familiares não a vendem (Figura 1D). Estes valores se justificam pelo percentual de pessoas que vive em cada imóvel. Assim sendo, imóveis rurais com muitas pessoas disponibilizam mão de obra para o mercado, uma vez que o próprio imóvel não consegue absorver toda a mão de obra disponível.

Relativamente à contratação de mão de obra, seja em caráter temporário ou permanente, 25% dos imóveis contratam mão-de-obra de caráter permanente ou temporário e outros 75% não contratam

nenhum tipo de mão de obra complementar (Figura 1E). Esses dados estão de acordo com os encontrados por BEZZUTI et al. (2011) que estudaram a agricultura familiar no município de Água Santa – RS; as propriedades pesquisadas utilizam exclusivamente a mão de obra familiar para a realização das atividades agrícolas exceto na época do plantio da soja e trigo ocorreu a troca de trabalhos entre vizinhos por empreitada e não a contratação remunerada de mão de obra complementar.

Estrutura administrativa

No segundo eixo temático, busca-se caracterizar a estrutura administrativa do imóvel rural. Quanto a realizar a separação entre despesas particulares da família com e as despesas das atividades produtivas, foi constatado que 20% dos imóveis fazem a separação de custos, enquanto 80% não fazem essa separação. (Figura 2A). De acordo com TRAMONTIN et al. (2008), o produtor, para obter sucesso na atividade, deve adotar uma atitude empresarial, separando os custos de produção, o que demonstra uma visão do imóvel como empresa, até por determinar qual atividade é mais lucrativa. Com esses dados em mãos, poderá fazer o planejamento do próximo ano agrícola.

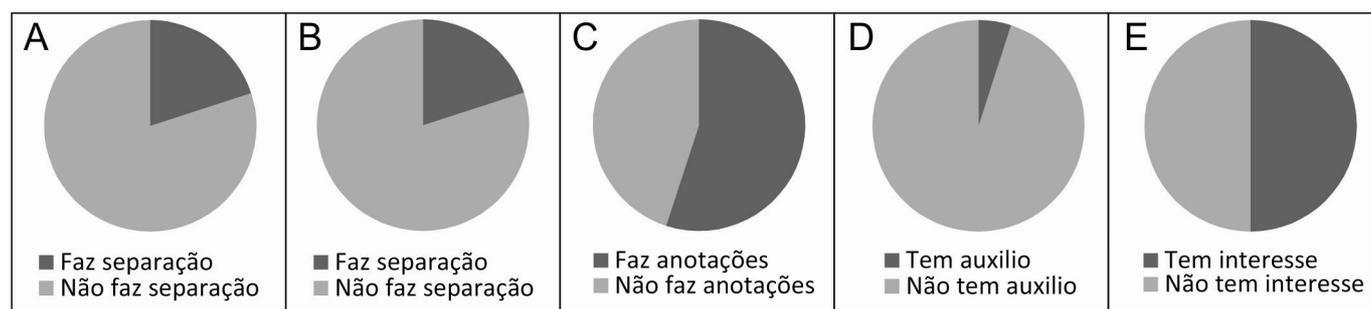


Figura 2. Estrutura administrativa: (A) Separação entre despesas particulares e despesas de atividades produtivas; (B) Separação de custo de produção de acordo com a atividade produtiva desenvolvida; (C) Anotação dos custos e rendas da produção; (D) Auxílio de equipamentos ou de profissionais; (E) Interesse em curso de gestão/administração rural.

Questionados a respeito da separação dos custos de produção de acordo com a atividade produtiva desenvolvida, onde 20% dos entrevistados disseram fazer tal separação dos custos e 80% não fazem a separação de custos para

cada atividade desenvolvida (Figura 2B). Ressalta-se que de acordo com MORAES et al. (2012) a gestão e administração apresentaram os piores desempenhos com famílias provenientes de projetos de reforma agrária, devido à falta de

capacitação administrativa, aplicação incorreta de insumos agrícolas e problemas de comercialização.

À pergunta sobre a anotação dos custos e rendas oriundas da produção, 55% dos entrevistados responderam que fazem essa anotação e outros 45% disseram não fazer nenhum tipo de anotação que envolva custos ou rendas resultados das atividades produtivas (Figura 2C). A propósito, vê-se em PROCÓPIO (1996), que a maior parte dos produtores rurais brasileiros, um percentual equivalente a 67,5%, não separa os custos de produção, fator que reforça a não aferição do lucro de cada atividade produtiva. Os resultados encontrados, porém, já demonstram uma mudança no perfil administrativo dos agricultores; contribui para isto a questão da necessidade de pagamento da área adquirida, no caso dos projetos de crédito fundiário.

Na resposta concernente à utilização de algum tipo de auxílio por equipamento de informática ou por profissionais nas áreas de contabilidade ou administração no imóvel, 95% dos entrevistados afirmaram não contar com este tipo de ajuda no decorrer de suas atividades, ao passo que 5 % disseram se utilizar de algum tipo de auxílio (Figura 2D). DEGASPARI et al. (2009), no entanto, comenta que a utilização de ferramentas como as de informática por parte de assentado visa a facilitar os cálculos de custo de produção e

o planejamento de suas atividades, contribuindo com a redução de área em algumas atividades e aumento de outras, ajustando-se o mesmo ao sistema produtivo que se mostrar mais rentável.

Diante da indagação sobre o interesse em fazer algum curso de gestão/administração rural, 50% dos sujeitos demonstraram esse interesse e 50% não externaram tal interesse (Figura 2E). Além disso, verificaram LUNARDI & SANTOS (2000) que a simples oferta de curso de capacitação a agricultores familiares não significa participação e aplicação destes conhecimentos no seu dia a dia. Esta situação pode estar ligada a certas características específicas do meio rural, tais como analfabetismo, trabalho braçal, pouco acesso à informações.

Perfil dos imóveis

Por fim no terceiro eixo, traçando o perfil dos imóveis, no que se refere aos serviços de assistência técnica, 40% dos entrevistados disseram receber serviço de assistência técnica prestado por empresa particular; 60% responderam que não recebem assistência técnica alguma (Figura 3A). MARTIN et al. (2011) também constataram em trabalho realizado no sudoeste paranaense, que 60% dos entrevistados não têm nenhum tipo de assistência técnica e orientação nas atividades agrícolas.

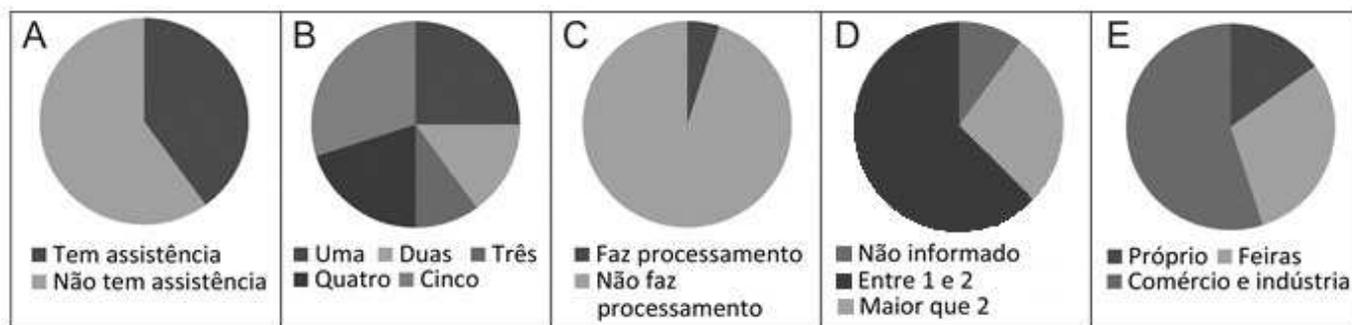


Figura 3. Perfil dos Imóveis: (A) Recebimento de assistência técnica; (B) Número de atividades produtivas exploradas economicamente; (C) Processamento dos produtos comercializados; (D) Renda bruta mensal por família; (E) Forma de comercialização da produção.

Em relação ao número de atividades produtivas exploradas economicamente pela família no estabelecimento, 25% dos sujeitos exploraram 1 atividade agrícola,

15% exploraram 2 atividades, 10% exploraram 3 atividades, 20% exploram 4 atividades e 30% exploram 5 ou mais atividades. Entre as atividades exploradas

pode-se perceber a diversidade produtiva das famílias, com produções como: arroz, feijão, milho, café, banana, mandioca, mamão, maracujá, suínos, frango, quiabo, jiló, tomate, limão, pepino (Figura 3B). Demonstra-se conforme observa REICHERT et al. (2011), que a maior parte dos imóveis não faz uso da monocultura, mas sim da diversificação das atividades produtivas e isso ajuda a diminuir os riscos de baixos preços durante a comercialização, proporciona maior estabilidade financeira e agrega valor a produção.

Respondendo sobre a realização de processamento dos produtos agrícolas comercializados, 5% dos sujeitos da pesquisa declararam realizar o procedimento, no entanto 95% disseram que não procedem qualquer tipo de processamento, ou seja, seus produtos são comercializados *in natura* (Figura 3C). Ocorre, porém, que, segundo estudo de OLIVEIRA et al. (2011) o processamento da produção através de agroindústrias proporciona aumento do número de empregos gerados, agrega valor à produção e contribui para a reprodução social, já que o produtor decide o preço e as condições de pagamento.

Quando perguntados sobre qual é a renda bruta mensal dos agricultores assentados, 10% dos entrevistados não souberam informar sua renda; 65% têm rendimentos financeiros que equivalem de um a dois salários mínimos vigentes e 25% têm rendimentos maiores que 2 salários mínimos. Atente-se que LIMA (2005), abordando a questão da remuneração das atividades agrícolas para a agricultura familiar, considera que de modo a se possibilitar que as famílias consigam se reproduzir socialmente, é necessário a renda de 1 salário mínimo *per capita*. Caso contrário, estar-se-ia passível de abandonar a atividade.

Quanto às formas de comercialização da produção agrícola, 15% realizam as vendas de produtos para os consumidores ou atravessadores no próprio imóvel rural, 30% procedem à comercialização junto à Feira Municipal do

Produtor Rural de Tangará da Serra e 55% realizam a comercialização de seus produtos com supermercados ou agroindústrias da região (Figura 3E).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos aspectos qualitativos os agricultores assentados apresentam baixo grau de escolaridade e ingresso na atividade agrícola por pessoas não experientes o que torna um complicador para o sucesso das atividades agrícolas.

Em relação aos aspectos administrativos a maioria dos agricultores assentados não faz a separação entre os custos de produção e os custos de despesas da família e também não separa dos custos os custos de cada atividade produtiva, além de não recebe nenhum tipo de assistência ou orientação técnica. Esses fatores contribuem de forma negativa para a manutenção e estabilidade dos agricultores assentados no Projeto de Crédito Fundiário Vale do Sol II.

Apointa-se que a renda oriunda do trabalho no imóvel na maioria dos casos não ultrapassa dois salários mínimos, fator que compromete o nível de reprodução simples das famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007. 294p.

ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010, p. 275 - 289.

ALVES, J.; FIGUEIREDO, A.M.R.; BONJOUR, S.C.M. Os assentamentos rurais em Mato Grosso: uma análise dos dados do censo da reforma agrária.

Panorama Socioeconômico. Talca, v. 27, n. 39, p. 152 - 167, 2009.

BAVARESCO, P.A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (FASE IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** cap.3, p.255 - 315, Passo Fundo: UPF, 2001.

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37 - 49, 1997.

BERGAMASCO, S.M.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. 301p.

BEZZUTI, H.; FRITZ FILHO, L. F.; FRITZ, K. B. B. A agricultura familiar no município de Água Santa – RS: um estudo de caso dos indicadores agropecuários, estratégias de diversificação e autoconsumo em duas unidades de produção. **Revista IDEAS,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 116 - 159, 2011.

BRASIL. Lei N° 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BRASIL. Lei N° 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BUAINAIN, A.M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2007. 240p.

DEGASPARI, L.C.; PIMENTEL, A.B.; COSTA, M.B.B. Uso da contabilidade e da

informática como instrumentos para alavancar a transição para sistemas produtivos sustentáveis na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia.** Cruz Alta, v. 4, n. 2, p. 4299 - 4301, 2009.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n.115, p.139 - 154, 2002.

GAVIOLI, F.R.; COSTA, M.B.P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, v. 49, n. 2, p. 449 - 472, 2011.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 306 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA/FAO, 2000. 74p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA □ IBGE. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro, 2006.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 214p.

LIMA, A.P et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 224p.

LUNARDI, S.M.; SANTOS, A.C. O programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: Uma análise da perspectiva dos agricultores familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais.** Lavras, v. 2, n. 2, p. 1 - 18, 2000.

MARTIN, T.M. et al. Perfil do manejo da cultura do milho no sudoeste do Paraná. **Revista Ceres**. Viçosa, v. 58, n. 1, p. 1 - 8, 2011.

MORAES, M.A.V. et al. Impacto ambiental em assentamento da reforma agrária no Mato Grosso. **Revista Floresta**. Curitiba, v. 42, n. 3, p. 587 - 598, 2012.

OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e a agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 28, n. 1, p. 17 - 49, 2011.

PROCÓPIO, A.M. Organização contábil-administrativa dos produtores rurais na região de Ribeirão Preto. In: MARION, J.C. (Coord.). **Contabilidade e controladoria em agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

REICHERT, L.J.; GOMES, M.C.; SCHWENGBER, J.E. Avaliação técnica e econômica de um agroecossistema familiar de base ecológica na região sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrociência**. Pelotas, v. 17, n. 1, p. 123 - 132, 2011.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S.W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987. 212p.

TRAMONTIN, M.; PIASENTINI, E.; SILVA, M. Ferramentas de gestão para a tomada de decisão na propriedade rural familiar. **Synergismus scyentifica**. Pato Branco, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/390>. Acesso em: 09 out. 2012.